



SEDUC-RS

Comum a todas as áreas de Professor

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|--|----|
| Compreensão e interpretação de texto. Tipologia e gêneros textuais.. | 1 |
| Figuras de linguagem | 24 |
| Significação de palavras e expressões. Relações de sinonímia e de antonímia..... | 29 |
| Ortografia..... | 30 |
| Acentuação gráfica | 32 |
| Uso da crase. | 32 |
| Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos. | 33 |
| Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.Locuções verbais (perífrases verbais). Função textual dos vocábulos | 35 |
| Funções do “que” e do “se” | 42 |
| Formação de palavras..... | 45 |
| Elementos de comunicação | 50 |
| Sintaxe: relações sintático semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação) | 51 |
| Concordância verbal e nominal. | 54 |
| Regência verbal e nominal | 55 |
| Colocação pronominal..... | 56 |
| Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto..... | 58 |
| Elementos de coesão. | 60 |
| Variação linguística..... | 61 |
| Exercícios | 63 |
| Gabarito..... | 69 |

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

| | |
|--|----|
| Prática docente e a gestão escolar como fator de aperfeiçoamento do trabalho coletivo..... | 1 |
| Projeto Educativo e as concepções didático-pedagógicas | 1 |
| Educação Escolar Inclusiva | 2 |
| Organização do tempo e do espaço na prática pedagógica | 11 |
| Organização do Trabalho Pedagógico em sala de aula | 19 |
| Práticas de Educação Ambiental e Étnico-Racial na Educação Básica..... | 20 |
| O projeto político pedagógico como construção coletiva | 25 |
| Prática pedagógica, construção do conhecimento, planejamento, currículo e avaliação como elemento balizador do ato de planejar | 28 |
| Tendências pedagógicas da educação; | 34 |
| Função Social da Escola Pública. | 39 |
| Exercícios | 42 |
| Gabarito..... | 46 |

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO

| | |
|---|-----|
| Ensino e aprendizagem da gramática normativa | 1 |
| Linguagem: uso, funções, análise; língua oral e escrita; variações linguísticas | 5 |
| Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados | 7 |
| Compreensão e interpretação de textos digitais e multimodais | 9 |
| O texto: tipologias textuais; gêneros textuais | 14 |
| Estruturação textual: critérios de textualização; processos de leitura e compreensão textual: a prática da análise linguística; leitura e produção textual..... | 26 |
| Fonética e fonologia | 27 |
| Ortografia..... | 28 |
| Morfossintaxe | 35 |
| Pontuação e Semântica | 50 |
| Estilística: elementos da comunicação | 54 |
| Funções da linguagem | 56 |
| Figuras de linguagem..... | 58 |
| Construção do período: nexos semânticos e sintáticos; equivalência e transformação de estruturas..... | 62 |
| Literatura brasileira: Análise e crítica da literatura proposta | 63 |
| Teorias e gêneros literário | 74 |
| Escolas literárias | 76 |
| Narratologia | 76 |
| Poética. Estética. Estilística..... | 77 |
| Intertextualidade..... | 78 |
| Função social da literatura | 80 |
| Base Nacional Comum Curricular | 83 |
| Teoria da Avaliação Escolar | 83 |
| Sugestões de Referências Bibliográficas: Acordo Ortográfico promulgado pelo Decreto n.º 583, de 29/09/2008 (sobretudo as mudanças nas regras de acentuação e no uso do hífen) | 86 |
| BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012..... | 112 |
| BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix,. 1994 | 112 |
| BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018..... | 112 |
| BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11/2010, aprovado em 7 de julho de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. | 112 |
| BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02/2012 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio..... | 112 |
| BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010 Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos..... | 113 |
| BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998 | 113 |
| CANDIDO, Antonio. Literatura e Sociedade. 12. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2011 | 113 |
| CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008..... | 113 |
| CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007 | 114 |

SUMÁRIO



| | |
|---|-----|
| FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2011 | 114 |
| FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003 | 115 |
| GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2010..... | 115 |
| GERALDI, João Wanderley. O Texto na Sala de Aula. São Paulo: Ática, 2006 | 115 |
| GONZAGA, Sergius. Curso de Literatura Brasileira. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2012 | 115 |
| GUEDES, Paulo. Manual de Redação. Porto Alegre: UFRGS, 2003 | 116 |
| KLEIMAN, A. MORAES, S. Leitura e Interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado de letras, 1996 | 116 |
| KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2008... | 117 |
| KOCH, Ingedore G. Villaça. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2008 | 117 |
| LUFT, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Nominal. São Paulo: Ática, 1999..... | 118 |
| Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Verbal. São Paulo: Ática, 1999 | 118 |
| MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008..... | 119 |
| RIO GRANDE DO SUL. Referencial Curricular Gaúcho: Secretaria de Estado da Educação: Porto Alegre, SEDUCRS, 2018 | 120 |
| SCHNEUWLY, Bernard et al. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004..... | 120 |
| SOUZA, S. Ensino de Língua Portuguesa e Base Nacional Comum Curricular: propostas e desafios. Rio de Janeiro: Mercado de Letras, 2020 | 120 |
| SUASSUNA, L. Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica: reflexões sobre o currículo. São Paulo: Autêntica, 2014 | 121 |
| VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1999 | 122 |
| Exercícios | 122 |
| Gabarito | 136 |

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.



Conhecimentos Pedagógicos

A prática docente é um aspecto fundamental para o desenvolvimento dos alunos e, conseqüentemente, para o sucesso da escola. No entanto, para que essa prática seja efetiva, é necessário que haja uma gestão escolar eficiente e colaborativa.

A gestão escolar envolve diversos aspectos, como a organização do espaço físico, a gestão de recursos, o planejamento pedagógico e a relação com a comunidade escolar. É papel dos gestores escolares garantir que todas essas áreas estejam funcionando de forma integrada e harmoniosa, de modo a permitir que os professores possam desenvolver seu trabalho da melhor maneira possível.

Nesse contexto, a gestão escolar é fundamental para a promoção do trabalho coletivo. A colaboração entre os professores é essencial para que haja uma troca de conhecimentos e experiências, o que pode levar a uma melhoria da prática docente. Além disso, a gestão escolar deve criar oportunidades para que os professores sejam capacitados e atualizados, o que pode contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho coletivo.

A gestão escolar também deve promover a participação da comunidade escolar, criando espaços para que os pais, alunos e demais membros da comunidade possam contribuir para o desenvolvimento da escola. Essa participação pode ser realizada por meio de conselhos escolares, reuniões com a comunidade, entre outras formas de diálogo e interação.

Em resumo, a prática docente e a gestão escolar são dois aspectos complementares e interdependentes. Uma gestão escolar eficiente e colaborativa pode contribuir para o aperfeiçoamento da prática docente e, por sua vez, uma prática docente de qualidade pode contribuir para o sucesso da escola como um todo. O trabalho coletivo é fundamental para que essa relação seja harmoniosa e produtiva, permitindo que a escola cumpra sua função social de forma efetiva.



Projeto Educativo e as concepções didático-pedagógicas

O projeto educativo é um instrumento importante para a organização do trabalho pedagógico na escola. Ele consiste em um conjunto de princípios, objetivos, metas e estratégias que orientam as ações educativas da instituição.

As concepções didático-pedagógicas, por sua vez, referem-se às diferentes formas de compreender e abordar o processo de ensino e aprendizagem. Elas envolvem desde a forma como o conhecimento é construído até a forma como ele é transmitido e avaliado.

A escolha das concepções didático-pedagógicas que nortearão o projeto educativo é fundamental para o sucesso da instituição. Elas devem estar alinhadas com a realidade da escola e com as necessidades dos alunos, além de estar em consonância com as políticas educacionais vigentes.

Algumas das concepções didático-pedagógicas mais comuns são a tradicional, a renovada, a crítico-social dos conteúdos e a histórico-cultural. Cada uma delas possui características específicas e implicações diferentes para a organização do trabalho pedagógico.

— A concepção tradicional, por exemplo, tem como base a transmissão de conhecimentos por meio da exposição oral do professor e da memorização dos conteúdos pelos alunos. Já a concepção renovada busca uma abordagem mais participativa, com a valorização da experiência do aluno e do trabalho em grupo.

— A concepção crítico-social dos conteúdos, por sua vez, busca conectar o conhecimento escolar com a realidade social dos alunos, buscando desenvolver sua capacidade de reflexão crítica e de transformação da sociedade.

— A concepção histórico-cultural enfatiza a importância do desenvolvimento da linguagem e da cultura na construção do conhecimento.



Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

Diretrizes da Saúde

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – **descentralização**, com direção única em cada esfera de governo;

II – **atendimento integral**, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – **participação da comunidade**.

A Saúde e a Iniciativa Privada

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Atribuições Constitucionais do SUS

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II

DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;



Conhecimentos Específicos

A grande maioria dos jovens saem do Ensino Médio sem o domínio da norma culta da língua portuguesa. Além das dificuldades enfrentadas dentro do ambiente escolar, as dificuldades dos alunos do Ensino Médio diante da língua portuguesa, especificamente, gramática normativa vão além do simples ato de assimilar o conteúdo. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN “O estudo gramatical aparece nos planos curriculares de português, desde as séries iniciais, sem que os alunos, até as séries finais do Ensino Médio, dominem a nomenclatura. Estaria a falha nos alunos? Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? [...]” (BRASIL, 2000, p. 16)

Entretanto, essas dificuldades encontradas no ambiente escolar para o aprendizado da norma padrão envolvem vários fatores. A escritora, pesquisadora e professora, Maria Helena Moura cita alguns desses fatores em sua obra.

A grande maioria dos professores (mais de 60%) atribui as dificuldades a problemas dos alunos: falta de esforço, falta de interesse, falta de vontade de pensar, falta de maturidade, falta de capacidade de abstração falta de percepção da utilidade da gramática. Outros 7%, aproximadamente, atribuíram as dificuldades à escola (métodos ultrapassados, alfabetização deficiente, exercitação entediante) e cerca de 3% consideram que é a própria matéria que se ligam às dificuldades. (MOURA, 2010, P.21)

Os PCNS ressaltam, ainda, que “A confusão entre norma e gramaticalidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para o falar/escrever/ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível.” (BRASIL, 2000, p. 16) É papel da escola formar o cidadão e demonstrar ao aluno a importância e a utilidade do domínio da língua padrão e da gramática normativa para desempenhar fora do ambiente escolar não só suas percepções críticas, ativas e modificadoras do seu ambiente, mas também saber e ter o domínio da língua padrão podendo comunicar-se com clareza e ter o domínio da escrita. “A função da escola em relação ao ensino da língua será sempre a mesma: ensinar o aluno a ler e escrever corretamente. É comum considerar que a gramática seja um dos campos de conteúdos necessários para que a escola possa cumprir esse papel, isto é, ensina-se gramática com a expectativa de que isso assegure à criança o domínio da língua escrita.” (VIEIRA E DOOR, 2014, p. 5)

Nesse sentido, é importante o conhecimento da norma padrão da língua portuguesa para que os alunos possam utilizar essa padronização da língua de forma contextualizada.

Sabemos que a gramática normativa é aquela que se consagra especificamente às regras da norma padrão. Desobedecer a tais regras não implica em erro, como alguns ainda consideram, apenas indicam que o texto não está em conformidade com a língua “cultura”. No entanto, conhecer as características desse dialeto de prestígio é essencial para poder utilizá-lo quando a situação assim o exigir. (SILVA 2006, P. 3)

Conhecer tais regras torna-se fundamental, mas, além disso, há outras competências linguísticas importantes para atingir competência escrita, discursiva, entre outras.

Além de garantir as competências básicas, o ensino da língua portuguesa, especificamente, norma culta da língua deverá levar ao aluno outras competências durante esse processo. De acordo com Meska e Kunze: “O ensino de gramática deve estar voltado para a realidade do educando, não para que ele continue a falar e a escrever de maneira errado ou fora da norma culta, mas a partir de sua experiência, ampliar seu horizonte de expectativas, mostrando que há muitas formas de expressar em sociedade.”

Porém, a realidade sobre o ensino da gramática encontra-se, de certa forma, sob um modelo tradicional, isto é, voltada apenas para uma visão puramente gramatical. Segundo os PCN, (2001, p. 16) “A perspectiva dos estudos gramaticais na escola, até hoje, se centra, em grande parte, no entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal; descrição e norma se confundem na análise da frase, essa deslocada do uso, da função do texto.”

Para Clemente “os programas de ensino de língua portuguesa são dotados de conteúdos meramente conceituais, ficando, assim, o tempo para a produção textual e leitura reduzido a um tempo semanal – isso quando não há troca, colocando esse tempo também para o estudo gramatical, por se tratar de um conteúdo extenso e um aprendizado dito irresponsável.” (CLEMENTE, 2012, p.6)